

## **Políticas Públicas: Programa de Alimentação Escolar e o Fortalecimento da Agricultura Familiar**

**Public Policies: School Feeding Program and Strengthening Family Agriculture**

**Políticas Públicas: Programa de Alimentación Escolar y Fortalecimiento de la Agricultura Familiar**

Recebido: 12/11/2021 | Revisado: 16/11/2021 | Aceito: 17/11/2021 | Publicado: 28/11/2021

**Márcia Maria Rodrigues Sá**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3818-1965>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [marcia.sa@sou.unijui.edu.br](mailto:marcia.sa@sou.unijui.edu.br)

**Nelson José Thesing**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8563-1746>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [nelson.thesing@unijui.edu.br](mailto:nelson.thesing@unijui.edu.br)

**Danieli de Oliveira Biolchi**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3167-0352>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [danieli.biolchi@unijui.edu.br](mailto:danieli.biolchi@unijui.edu.br)

**Airton Adelar Mueller**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [airton.mueller@unijui.edu.br](mailto:airton.mueller@unijui.edu.br)

**Karine Matuchevski**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9980-146X>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: [karine.balzan@sou.unijui.edu.br](mailto:karine.balzan@sou.unijui.edu.br)

### **Resumo**

O artigo verifica a atuação das políticas públicas: Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, para compreender as dinâmicas organizacionais, no município de Brejo Santo/Ceará. Para responder as inquietações da pesquisa, o estudo contempla o levantamento de dados, dos produtos e processos que envolvem as políticas de compra dos gêneros alimentícios, para a alimentação escolar, bem como as formas de produção e comercialização. Para alcançar esses objetivos, foi realizado um estudo documental, contendo as análises das Atas, Editais, junto às unidades executoras na região, para diagnosticar os resultados dos programas, da matriz produtiva, o acesso a novos mercados, bem como a gestão da alimentação escolar. Os achados da pesquisa identificaram o fortalecimento das organizações associativas locais, a ampliação das relações institucionais, o envolvimento familiar na produção, para além, o cuidado com o meio ambiente, a produção livre de agrotóxico. Significa, um cuidado especial com a segurança alimentar, o que indica uma melhoria na alimentação das famílias, bem como nos produtos do cardápio das escolas. Esse processo conta com a presença de nutricionistas, da assistência técnica na produção, um movimento organizacional e institucional, capaz de provocar uma nova dinâmica social e econômica no grupo de agricultores familiares, que se organizam em associações/cooperativa, para produzir, comercializar seus produtos, proporcionar uma melhor alimentação escolar.

**Palavras-chave:** Alimentação; Associativismo; Agricultura familiar.

### **Abstract**

The article verifies the performance of public policies: National School Feeding Program, the National Program for Strengthening Family Agriculture, to understand the organizational dynamics in the municipality of Brejo Santo/Ceará. To answer the research concerns, the study contemplates the survey of data, products and processes that involve the purchase of foodstuffs policies, for school meals, as well as the forms of production and commercialization. To achieve these objectives, a documental study was carried out, containing the analysis of the Minutes, Notices, with the executing units in the region, to diagnose the results of the programs, the production matrix, access to new markets, as well as the management of school meals. The research findings identified the strengthening of local associative organizations, the expansion of institutional relations, family involvement in production, in addition to care for the environment, pesticide-free production. It means special care with food safety, which indicates an improvement in the diet of families, as well as in the products on the school menu. This process has the presence of nutritionists, technical assistance in production, an organizational and institutional movement,

capable of causing a new social and economic dynamic in the group of family farmers, who organize themselves into associations/cooperatives, to produce and market their products, provide better school nutrition.

**Keywords:** Food; Associativism; Family farming.

### **Resumen**

El artículo verifica el desempeño de las políticas públicas: Programa Nacional de Alimentación Escolar, Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar, para comprender la dinámica organizacional en el municipio de Brejo Santo / Ceará. Para responder a las inquietudes de la investigación, el estudio contempla el relevamiento de datos, productos y procesos que involucran las políticas de compra de alimentos, para las comidas escolares, así como las formas de producción y comercialización. Para lograr estos objetivos, se realizó un estudio documental, que contiene el análisis de las Actas, Avisos, con las unidades ejecutoras de la región, para diagnosticar los resultados de los programas, la matriz productiva, el acceso a nuevos mercados, así como la gestión de las comidas escolares. Los hallazgos de la investigación identificaron el fortalecimiento de las organizaciones asociativas locales, la ampliación de las relaciones institucionales, la participación familiar en la producción, además del cuidado del medio ambiente, la producción libre de pesticidas. Significa especial cuidado con la seguridad alimentaria, lo que indica una mejora en la dieta de las familias, así como en los productos del menú escolar. Este proceso cuenta con la presencia de nutricionistas, asistencia técnica en la producción, un movimiento organizativo e institucional, capaz de provocar una nueva dinámica social y económica en el grupo de agricultores familiares, que se organizan en asociaciones / cooperativas, para producir y comercializar sus productos, proporcionar una mejor nutrición escolar.

**Palabras clave:** Alimentación; Associativismo; Agricultura familiar.

## **1. Introdução**

Atenta-se para as condições de desigualdades socioeconômicas, presentes na maioria da população brasileira, sobretudo, em grande parcela da população da região nordeste. Um processo que indica a necessidade de mitigar a fome, um dos maiores desafios enfrentados pelos nordestinos. Um cenário que necessita ser superado, que requer estratégias de promoção do desenvolvimento, com a presença de políticas públicas assertivas, inclusivas, tanto na cidade como no campo.

Assim, as políticas públicas são desafiadas no enfrentamento das necessidades de grupos sociais menos favorecidos, para buscarem uma melhoria da qualidade de vida. Nesta perspectiva a pesquisa busca compreender o fortalecimento das políticas públicas na agricultura familiar, bem como no processo da alimentação escolar, ou seja, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Destaca-se que a agricultura familiar, um setor que conquistou seu espaço na década de 1990 e mais precisamente em 2010 com a Lei 12.188/2010, que instituiu a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Um período em que o Estado assume um importante papel, ao orientar as políticas públicas para projetos e programas sociais, na agricultura familiar, que até então, eram mais direcionadas para o agronegócio. Essa mudança, um olhar para agricultura familiar, foi motivada por mobilização das organizações sociais, sindicatos, igrejas, universidades, cooperativas. Um movimento, para além das pressões políticas, oportunizou ricos estudos, pesquisas científicas, indicando caminhos para a agricultura familiar, contribuindo no desenvolvimento local e regional, especialmente na agricultura familiar na região nordeste (Brasil, 2021).

Relatório publicado pelo IBGE em 2009, aponta que a agricultura familiar brasileira produz 70% da alimentação. No entanto essa realidade, nem sempre foi assim, em um passado recente, esse segmento sofreu pela ausência do Estado, pela não presença das políticas públicas, voltadas especificamente para o agricultor de economia familiar. Um processo que retrata a competição desigual, de condições e recursos, em relação a agricultura patronal, com a grande produção, grandes propriedades. Essa história foi responsável por grandes impactos econômicos e sociais, no meio rural brasileiro, influenciando no aumento do êxodo rural, da pobreza, insegurança alimentar e interferindo na dinâmica populacional durante décadas Hoffmam (2015).

Por fim, uma nova história é vivenciada e escrita na sociedade brasileira, na década de 1990, onde boa parte, das demandas dos agricultores familiares, são contempladas nas políticas públicas, nas áreas de crédito, seguro safra, aquisição de terras, moradia, apoio para comercialização, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995. Como consequência, a agricultura familiar vem ganhando conquistando seu espaço na área econômica, ambiental,

segurança alimentar e valorização das organizações rurais como sindicatos, associações e cooperativas. Em 2014 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgou o relatório Estado da Alimentação e da Agricultura, destacando que nove em dez propriedades agrícolas no mundo são geridas pela agricultura familiar, que é responsável por cerca de 80% dos alimentos no mundo, um processo que fortalece a presença do Programa Nacional de Alimentação Escolar em todo o país.

## 2. Metodologia

Os caminhos metodológicos da pesquisa são construídos por um conjunto de teorias, material escrito, digital entre outros. As abordagens teóricas são importantes para estabelecer estudos, que consistem, em discussões feitas por vários autores sobre a temática, servindo como orientação e como embasamento para os pesquisadores compreenderem uma determinada realidade social. Desta forma, o estudo busca identificar o processo da alimentação escolar e a produção de alimentos pela agricultura familiar. Nesta direção a pesquisa conta com as orientações de Gil (2008), que contemplam a pesquisa descritiva do objeto de estudo, que envolve o levantamento bibliográfico e documental.

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material publicado, principalmente de livros, artigos e material disponibilizado na internet:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído primeiramente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002 p. 44).

Já a pesquisa documental faz uso de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado em função dos objetivos da pesquisa (documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, relatórios de empresas).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002 p. 45).

Para realizar a análise de conteúdo, ou seja, compreender a trajetória da alimentação escolar, da agricultura familiar, a organização de cooperativas, auferir significação aos dados coletados, tem-se para as orientações Bardin (2011), que se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Portanto, a análise realizou os tratamentos dos resultados, tanto em base nos referências teóricos, bem como nos dados documentais.

### 2.1. População e Amostra

A população da amostra conta com atores que atuam no processo da alimentação escolar, bem como, os que produzem a alimentação. Desta forma, o ponto de partida aponta a Lei 11.947/2009, conhecida como a Lei do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), que assegura dois direitos sociais; o primeiro é a alimentação escolar para todos os estudantes matriculados na educação básica da rede pública brasileira; o segundo é o apoio a agricultura familiar, que tornou obrigatório que no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os estados e municípios. Um processo que estabelece a aquisição dos gêneros alimentícios dos agricultores, para tornar o mais acessível, com dispensa a licitação para esses fornecedores, um processo simplificado com a compra direta dos produtos da agricultura familiar.

A proposta desta pesquisa é, portanto, analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, identificar os desafios, os avanços e as inovações na sua implementação, enquanto prática de apoio aos agricultores, na perspectiva das organizações da agricultura familiar. Para isso, foram sistematizados, a atuação do Programas no município de Brejo Santo/Ceará, seguindo a trilha metodológica qualitativa.

### **3. Fundamentação Teórica**

Busca-se nas referências teórica, a possibilidade de encontrar repostas aos desafios, de uma realidade complexa. Em Buainain, Garcia e Vieira (2016), encontra-se orientações que apontam a sociedade e o Estado, enquanto um ambiente de grandes desafios, para encontrar alternativas sustentáveis na produção de alimentos. Nesta busca da segurança alimentar, especialmente na alimentação escolar, em escolas públicas, onde se apresenta o Programa Nacional de Alimentação, criando condições para os agricultores de economia familiar se integrem em um ambiente de produção orgânica.

Tem-se presente que o Programa Mundial de Alimentação Escolar (PMA), é um mecanismo importante para contribuir no processo de aquisição de gêneros alimentícios saudáveis, oriundos da agricultura familiar. O Programa tem duas principais categorias: 1) A categoria voltada para a alimentação escolar, que é oferecida aos alunos no espaço escolar; e 2); Oferece rações que os alunos possam levar para casa. Vale salientar que alguns países, atendem as duas categorias para as crianças que vivem no estado de extrema pobreza, bem como, são portadores do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Nem todos os países do mundo custeiam a alimentação escolar, em alguns países o próprio aluno é quem paga, enquanto no Brasil a alimentação escolar é de responsabilidade do governo federal para toda a educação básica (Brasil, 2021).

#### **3.1 Agricultura Familiar e a Alimentação Escolar**

Em 2009 a comercialização dos produtos da agricultura familiar para a composição do cardápio escolar, ganha força de lei, tornou-se obrigatória a compra de gêneros alimentícios, produzidos pelos agricultores familiares, na venda dos produtos produzidos pelos mesmos. Em linhas gerais significa, que do total dos recursos repassados pelo Fundo das Nações Unidas (FNDE) aos estados e municípios, para a operacionalização do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% devem ser gastos em gêneros alimentícios da agricultura familiar, sem intermediários, com a dispensa do processo licitatório. No entanto, a Lei orienta o mínimo de 30%, porém, vale ressaltar que podem ser utilizados produtos da agricultura familiar até 100% dos recursos repassados para a aquisição dos gêneros para alimentação escolar pelo FNDE (Brasil, 2021). Nesse sentido:

Entende-se que a compra dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar, adquiridos da agricultura familiar, é uma estratégia para além do espaço da escola, contribui no processo de desenvolvimento local e regional. Assim, para os pequenos agricultores organizados em cooperativas ou associações que fornecem alimentos advindos das pequenas propriedades, é uma iniciativa que favorece, a produção de alimentos com qualidade orgânica, bem como pode ampliar e diversificar sua produção, pois, contam com o apoio das orientações dos técnicos, que aumenta os benefícios que permitem aumentar suas rendas (Marques, Fernandes, Leite, Viana, Gonçalves, 2014, p 25).

Já nas escolas, o Programa de Alimentação Escolar, apresenta um avanço nos resultados, de forma significa, mais qualidade na alimentação escolar a ser servida, bem como, a manutenção e a apropriação de hábitos alimentares, mais básicos e saudáveis, contribuindo para uma sociedade mais sustentável. Ainda, registra-se, que o processo aquisição da alimentação escolar, é consideravelmente simplificado, devido à dispensa da licitação e contratos, que antes da Lei 11,947/2009, exigência, com muita burocracia (Brasil, 2021).

Com o surgimento da Lei do PNAE, a agricultura conquista significativos avanços, de forma específica, auxilia na redução do êxodo rural, porém, ainda encontra entraves com as questões demográficas que apresenta relação com a redução das taxas de produção e sucessão na agricultura familiar. Nesse sentido, afirmam:

No período recente, inúmeras teses voltaram a discutir os limites da pequena agricultura familiar, sobretudo no que tange à composição do montante da produção agropecuária nacional. Em vista do aprofundamento de um processo de concentração econômica da produção, algumas teses passaram, inclusive, a questionar a “insistência” do Estado em direcionar políticas (supostamente) equivocadas para agricultores com baixa capacidade produtiva (Niederle, Fialho, Conteralto, 2015, p.79).

Por conseguinte, pela presença das políticas públicas, dos Programas e Projetos, de certa forma reduz a burocracia, assim, a Lei de Licitações e Contratos nº 8.666, regulamenta o Artigo 37º, inciso XX da Constituição Federal de 1988, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Essa normativa determina quais são as modalidades de compra e os limites de valores. Para o caso específico do Programa de Alimentação Escolar, apesar de serem aplicadas outras normativas, utiliza-se normalmente o Pregão e o Sistema de Registro de Preço. Dessa forma, vários municípios já estão realizando a compra da agricultura familiar.

As transformações no setor da agricultura familiar contaram com ações por parte do poder público, de forma mais intensa a partir dos anos de 2000, merecendo destaque o período da gestão do governo Lula, com políticas direcionadas de forma intersetorial, que provocam mudanças em várias funções da agricultura familiar, pelo direcionamento de novas políticas (Cunha, Freitas, Salgado 2017).

Portanto, as publicações no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2021), apontam que cerca de 72% dos municípios do Brasil estão realizando a compra da agricultura familiar. A pesquisa permite apontar boas perspectivas, um notável avanço, onde mais da metade dos municípios do Brasil aderiram a Lei que estabelece, as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos pequenos agricultores, oportunizando uma melhoria na qualidade de vida, dos agricultores de economia familiar, que produzem de forma individual ou em associações, atendendo o dispositivo da Lei 11.947/2009, que determina que a entidade executora prioriza os produtos orgânicos e/ou agroecológicos, um caminho para agricultura familiar.

### **3.2 Aquisição dos Produtos da Agricultura Familiar**

Ao buscar a compreensão dos dados divulgado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), o Brasil conquista a marca de terceiro país, como maior exportador agrícola do mundo. Conforme a divulgação dos dados, em 2016 o Brasil exportava 5,7% para o mundo, a Europa liderando o ranking com 41% e os Estados Unidos em segundo lugar com 11% do mercado agrícola. Em se tratando do mercado agrícola nacional, o Brasil em 2020, é o segundo o IBGE, teve alta de 24,2%.

Significa que o Brasil conquistou um novo olhar para agricultura familiar, deixa de ser um setor subsistência, passa a comercializar sua produção, para além, da escala local. Esse entendimento é fortalecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), que identificaram em suas pesquisas o fortalecimento do conceito da agricultura familiar. Um processo que amplia as conquistas do setor com a aquisição dos produtos da agricultura familiar, conta com a presença de nutricionistas, responsáveis pela elaboração dos cardápios, cadastrados no Programa de Alimentação Escolar. Uma prática que permite aos profissionais mapearem os produtos, que seguem as orientações do processo produtivo, fornecido pela Assistência Técnica e Extensão Rural, da Secretaria Municipal de Agricultura. Para além, a equipe de nutricionistas, tem como desafio, ao elaborar o cardápio, respeitando a cultura alimentar local, a diversidade e a sazonalidade de produção da agricultura familiar da região. Significa, que cabe aos nutricionistas, informar à entidade executora, as demandas, especificando os produtos e as quantidades a serem adquiridas.

Esse novo cenário de oportunidade, conquistado pela agricultura familiar, no processo de comercialização dos produtos agrícolas, na alimentação escolar, abre as portas do mercado, ao mesmo tempo, estabelece um novo modelo de produção, para atender os valores nutricionais exigido para cada faixa etária dos alunos. No entanto, permanecem alguns

desafios, a divulgação da chamada pública, que é de responsabilidade de cada unidade executora, responsável por cada rede, com dispensa de licitação, mas os fornecedores, por vezes, apresentam dificuldades de como apresentar os tipos de produtos, o cronograma das entregas, o local e as quantidades.

Por conseguinte, a aquisição de alimentos, que conta com a chamada publicada em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página da internet, na forma de mural em local público de ampla circulação, um processo que os agricultores familiares precisam ficar atentos para as chamadas públicas da região (Brasil, 2021), bem como, incorporar a cultura de participar em licitações, uma vez que, sua cultura era voltada para feiras, ou fazer a entrega em pequenos locais de comercialização.

Tem-se presente que a experiência para a realização da compra dos produtos da agricultura familiar, desde de 2003, oferece oportunidades de vendas para os pequenos agricultores, que em 2009, é fortalecido pelo PNAE. Um programa que sofreu várias reformulações com o propósito de trazer melhorias na gestão e cobertura, como também a conexão das políticas de segurança alimentar e de desenvolvimento agrário (Cunha, Freitas, Salgado, 2017).

Destaca-se que uma das últimas determinações do PNAE, para valorizar a produção rural, lança o preço de referência dos alimentos, que são definidos pelas unidades executoras. Significa que os preços de referência, servem de parâmetro para os valores dos produtos, a possibilidade de preços justos pelos produtores. Os preços de referência são atualizados semestralmente, para que o valor a ser comprado acompanhe os aumentos ou as baixas de preços.

Quanto ao processo de comercialização, dos produtos da agricultura familiar, do projeto de venda, cabe à organização dos agricultores, um grupo formal, por cooperativas e/ou associações, entidades articuladas que estimulam o grupo informal, composto pelos os trabalhadores rurais, para formalizar o documento de interesse na venda da alimentação escolar. Essa prática atende a conformidade da chamada pública. A entrega do projeto de venda, é a habilitação para os agricultores, uma vez que, a documentação exigida é um dos requisitos iniciais entre entidades executoras e agricultores, estando eles organizados em organizações ou atuando de forma individual, no fornecimento da alimentação escolar.

Registra-se que a formalidade do cadastro, é necessário para as organizações possam ter o documento que identifica os agricultores familiares, ou suas formas associativas, organizadas em pessoa jurídica, que são as associações e cooperativas, aptos a realizarem operações de crédito rural, ao amparo como no Programa Nacional de Fornecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e para acesso às políticas públicas federais, estaduais e municipais, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Além da Declaração de Aptidão (DAP), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, as organizações precisam de cópias das certidões negativas junto aos Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e projeto de venda. Já para o agricultor individual, caracterizado como grupo informal, ele necessita apenas a DAP do agricultor, cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e apresentar um projeto de venda.

No processo de seleção dos projetos de vendas, fica a cargo das entidades executoras, que deverão obedecer a prioridade na ordem, os projetos do município, da região, do território rural, do estado e do país. Os produtos da agricultura familiar, devem atender à legislação sanitária do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e Serviço de Inspeção Estadual (SIE), o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Essa documentação facilita a produção e inserção dos produtos no mercado formal local, regional e nacional e a certificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). De acordo a determinação do artigo 32 da Resolução FNDE nº 26/2013 atualizado pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar/ano/entidade executora.

Desta forma, com a assinatura do contrato os agricultores e unidades executoras, segue o cronograma de entrega dos produtos, data de pagamento para os agricultores, pelo fornecimento dos produtos. A responsabilidade na entrega dos produtos, por parte dos agricultores familiares, se dá no fornecimento dos produtos de acordo com o cronograma previsto no contrato. O monitoramento pela unidade executora é realizado de acordo com o termo de recebimento dos produtos, além da ciência da entidade articuladora. O termo de recebimento atesta que os produtos entregues estão de acordo com os padrões de qualidade. Esse processo conta com associações/cooperativas, para o agricultor familiar, se organiza na produção e comercialização de seus produtos, com a documentação necessária, como as Notas Fiscais, a nota avulsa que pode ser adquirida na prefeitura (Brasil, 2021).

### **3.3 Mecanismos da Agricultura Familiar**

O fortalecimento da agricultura familiar conta com o apoio da Lei 11.947/2009, que implantou o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como estimuladores, os principais órgãos governamentais, responsáveis pela legislação sanitária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Esses órgãos possuem representações nos estados e municípios brasileiros, os quais têm a função de fiscalizar e realizar o controle higiênico sanitário nos locais e estabelecimentos, de produção e consumo de alimentos, restaurantes, cozinhas industriais dos restaurantes, lanchonetes, supermercados, feiras locais e principalmente as cozinhas das escolas (Brasil, 2021).

O Programa de Alimentação Escolar conta com a presença dos produtos da agricultura familiar, por um período de 200 dias letivos. O agricultor necessita de aprovação de projetos, os quais necessitam da adesão de cada município. Nas escolas, são ofertadas as refeições para os estudantes diariamente, com o acompanhamento dos profissionais capacitados para administrar a atividade de produção das refeições (Cunha, Freitas, Salgado, 2017).

### **3.4 Cooperativas e sua Importância na Agricultura Familiar**

Atenta-se para o surgimento do cooperativismo moderno, em nível mundial, por volta de 1844 na Inglaterra, pela iniciativa de um grupo de trabalhadores, que se organizaram com propósito de encontrar saídas frente as dificuldades enfrentadas na sociedade industrial. Para Rossi (2005), vinte e oito tecelões fundaram a Sociedade dos Pobres Pioneiros de Rochdale, implantaram os princípios doutrinários, um Estatuto Social para estabelecer as normas igualitárias e democráticas, que em boa parte são considerados, até hoje, as bases do cooperativismo brasileiro.

Para Cattani (2003), no ano de 1847, no Brasil, se efetivou o movimento cooperativista, trazido pelo médico francês Jean Maurice Faivre, que em conjunto com um grupo de europeus, fundaram no interior do estado do Paraná, na Colônia Tereza Cristina, uma cooperativa, de modelo do socialista francês. Assim, ao longo da história o movimento cooperativista conquistou um espaço estratégico, em quase todos os estados brasileiros, pela sua atuação no campo econômico, social e político. Assim, o cooperativismo está presente na maioria dos municípios buscando o desenvolvimento de suas comunidades (OCB, 2020).

Portanto, as cooperativas possuem funções econômicas e sociais. Econômicas, ao buscar a viabilidade do associado e da cooperativa, ao constituir e manter um empreendimento cooperativo, tendo na força do trabalho, a esperança para conquistar melhores condições de vida. Essa construção deverá contar com o desenvolvimento das pessoas, culturalmente, politicamente, tecnologicamente, enfim, as necessidades do quadro social (Figueiredo, 2009).

Assim, na década de 1950, com o esgotamento da economia tradicional de colonização, no estado do Rio Grande do Sul, um quadro complexo exigia dos agricultores a busca de novos caminhos para sua sobrevivência. Esse movimento encontra espaço na criação de cooperativas, na busca de novas nas relações comerciais (Frantz, 2013). Desta forma, os agricultores passam a organizar cooperativas, para estabelecer relações mais justas na comercialização de seus produtos.

Ainda, na compressão de Frantz (1985), o cooperativismo, é uma organização de pessoas e não de capitais, que buscam uma economia alicerçada nos componentes de sua associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica, de suas economias individuais, a lógica em um empreendimento cooperativado, para conquistar seu espaço no mercado.

Portanto, a constituição de estrutura cooperativa serve como um instrumento de organização dos associados, para sua inserção e conquista de um mercado de forma associativa. Esse movimento necessita contar com uma firme organização política, com presença dos associados na estrutura do poder do empreendimento cooperativo, de outro lado, as necessidades econômicas indicam a estrutura empresarial, que responde pelo campo econômico, dando condições para a práticas da manutenção e perenidade da cooperativa.

Portanto, no entender de Figueiredo (2009), a cooperativa necessita ser administrada de forma democrática, pelo seu quadro de sócios, de forma conscientes, assumindo os seus direitos e deveres, orientados pelos princípios do cooperativismo: (1) Adesão Voluntária e Livre; (2) Gestão Democrática; (3) Participação Econômica dos Membros; (4) Autonomia e Independência; (5) Educação, Formação e Informação; (6) Intercooperação e (7), Interesse Pela Comunidade. Para além, destaca Thesing (2015), o movimento cooperativista, não poderá conviver com a discriminação social, política, religiosa, racial, de sexo. Ainda, as cooperativas atuam para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas, com a aprovação das diretrizes elaboradas e implementadas pelo quadro associativo.

Por conseguinte, é o quadro associativo, que deve conduzir a cooperativa, orientado pelos princípios do cooperativismo, um processo que norteia a organização. A ACI (2018), evidencia a independência das cooperativas, tanto diante do Estado, quanto da iniciativa da privada. Silva (1986), aponta que as organizações cooperativadas, constituídas pelas pessoas e não de capital, devem seguir os caminhos dos valores éticos, da democracia, transparência, responsabilidade, em oposição à sociedade mercantil que visa só o lucro. Para Schneider & Henges:

É importante lembrar que o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo (Schneider & Henges, 2006, p.6)

Desta forma, tem-se presente a importância da participação dos associados nas práticas de gestão, da autodisciplina coletiva, o que indica a necessidade de uma governança alimentada pelo interesse prático e científico, enquanto um processo indispensável para a sobrevivência das organizações, conforme apontando por Ribeiro *et al.* (2012).

As cooperativas ocupam posição de destaque em muitos setores e no universo das cooperativas brasileiras, conta com 6.828 cooperativas, 14,6 milhões de associados, e 425,3 mil empregados, sendo no ramo agropecuário 1.613 cooperativas, 1.021.019 associados e 209.778 empregados (Anuário OCB, 2020).

O cooperativismo no Brasil, desde 1985, recebe apoio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), na tentativa de incentivar os agricultores a se organizarem de forma associativa/cooperativa com intuito de aumentar o nível de produção e renda dos agricultores. Os objetivos do programa visam estimular os investimentos na infraestrutura operacional das unidades cooperativadas.

Merece destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996, tendo como foco, os investimentos nas suas pequenas propriedades, com a concessão de créditos por bancos públicos e de cooperativas, para qualificar o processo produtivo, seja nas propriedades ou em cooperativas. Claramente que a política de apoio ao pequeno agricultor pelos os dos programas, contribuíram para que as associações oportunizassem a inclusão social de uma parte dos agricultores de economia familiar no processo de produção de alimentos.

#### **4. Resultados e Discussão**

A pesquisa identifica um importante conquista da agricultura familiar no processo de produção de alimentos. Uma caminhada que contou com a cooperação do Programa de Alimentação Escolar, tendo como apoio as políticas públicas, lideradas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Esse movimento estabeleceu um mecanismo com representação nos estados e municípios. Um movimento que recebeu uma contribuição significativa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, especialmente ao verificar as dinâmicas organizacionais, no município de Brejo Santo/Ceará.

Tem-se presente a consolidação da política de alimentação escolar, deve-se em boa parte pela presença dos recursos repassados pelo Fundo das Nações Unidas, aos estados e municípios. Por outro lado, a alimentação escolar deve contar de no mínimo de 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, que pode chegar até 100% dos recursos. Esse processo é uma estratégia que pode contribuir no desenvolvimento local, não só pela produção de alimentos, mas também oportuniza um ambiente para a organização dos pequenos agricultores em cooperativas ou associações. Essa iniciativa pode favorecer a ampliar o processo de diversificação da produção. Um movimento que pode contar com as orientações dos técnicos, na produção agroecológica.

Por fim, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em livros, artigos científicos. Já a pesquisa documental faz uso de material que não havia recebido tratamento analítico, documentos oficiais, reportagens de jornal, contratos, relatórios, um processo que permite uma sistematização, apontando a fertilidade das políticas públicas, que produziram um ambiente vitorioso na alimentação escolar e na produção de alimentos da agricultura familiar.

#### **5. Conclusão**

Inicialmente, o estudo identifica a importância das políticas públicas, seja na alimentação escolar, seja na produção dos alimentos pela agricultura familiar. Significa compreender a atuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em um conjunto de dinâmicas organizacionais, no município de Brejo Santo/Ceará. Esse processo remete adentrar na criação do Programa de Alimentação Escolar, em 1979, fortalecido em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, em seu Artigo 205, que garante a alimentação escolar como direito de todos os alunos da rede pública de ensino.

Portanto, a democratização do país, proporcionou a descentralização dos recursos financeiros destinados aos estados e municípios, uma estratégia que oportunizou um melhor ambiente no campo da educação brasileira, ao ofertar a alimentação diária para aos alunos da rede pública. Essa prática merece destaque pelas mudanças que ocorreram na aquisição dos gêneros alimentícios, de pelos menos 30% dos recursos da alimentação escolar junto aos agricultores de economia familiar.

Desta forma, o Programa de Alimentação Escolar, apresenta como objetivo primordial favorecer o desenvolvimento biopsicossocial, o fortalecimento da aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, com um processo de educação alimentar e nutricional, da oferta de no mínimo uma refeição diária, que atenda às necessidades nutricionais para cada estudante durante o período determinada de 200 dias letivos anual.

Por fim, a política pública, na alimentação escolar, na produção de alimentos oportuniza a redução da pobreza, auxilia na insegurança alimentar no campo, cria condições para novas organizações, como associações e cooperativas, ampliando a dinamização das economias locais. Um ambiente propício para novas pesquisas.

#### **Referências**

ACI - *Aliança Cooperativa Internacional. Informações Estatísticas sobre o Movimento Cooperativo.*

Anuário OCB.: <http://sescoprn.coop.br/site/2021/03/acesse-o-anuario-docooperativismo-brasileiro-2020/>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Almedina Brasil.

Cattani, A. D. (2003). (Org.) *A Outra Economia*. Veraz Ltda.

Figueiredo, N T. C. (2009). *Cooperativas Sociais*. Alternativa para Inserção. Evangraf

Frantz, W. O. (1985). *Cooperativismo e a Prática Cooperativa*. In: *Perspectiva Econômica*, Ano XIX, nº51, Série Cooperativismo nº 16, UNISINOS

Frantz, W. (2013). Reflexões sobre universidade. In: “Andrade, & Andrioli, L. A.; Frantz W. (Org.)”. *Educação no contexto da globalização: reflexões a partir de diferentes olhares*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. *O que é Cooperativismo. Sistema OCB*, Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>.

Ribeiro, H. C. M. & Junior, C. M. & Souza, M. T. S. & Campanário, M. A.; Corrêa, *Governança Corporativa: um Estudo Bibliométrico da Produção Científica das Dissertações e Teses Brasileiras. Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(3).

Ribeiro, H. C. M., Costa, B. K., Ferreira, M. P. & Serra, B. P. de C. (2012). Produção científica sobre os temas governança corporativa e stakeholders em periódicos internacionais. In: *Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração*.

Rossetti, J. P.; Andrade, A. (2005). *Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências*. Atlas.

Schneider, J. & O. Hendges, M. (2006). *Educação e Capacitação Cooperativa: sua Importância e Aplicação*. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa: Unisinos.

Thesing, N. J. Por um Mundo Melhor: Cooperação e Desenvolvimento. Sescoop/RS. 2015. Sites visitados: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>/<https://www.easycoop.com.br/Noticias/42150/Informativos/> <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater> (acessado em 27/08/2021)

Portal Brasil. Agricultura familiar produz 70% de alimentos do País mas ainda sofre na comercialização. [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Portal Planalto. Agricultura familiar já produz 70% dos alimentos consumidos no mercado interno do país, informa Pepe Vargas. [www2.planalto.gov.br](http://www2.planalto.gov.br)

Wikipédia. Agricultura familiar <http://pt.wikipedia.org>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

França, C. G., Del Grossi, M. E., Marques, V. P. M. A. O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Primeiros Resultados. [www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)

Hoffmann R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segur. Aliment. Nutr.* 21(1):417-21. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/138>